

Direitos reprodutivos e prostituição

Nancy Cardoso Pereira

Para as mulheres da Luz as coisas não são tão claras assim.

Elas são meninas, adolescentes e mulheres que se prostituem nas imediações da Estação da Luz, São Paulo. Vivem do grande número de homens - trabalhadores, desempregados, aposentados, ambulantes e marginais - que passam todos os dias e noites e dias pela Luz.

Muitas delas trabalham para tirar o suficiente para pagar o quartinho onde se prostituem numa relação de dependência perversa com os donos/donas dos cortiços antigos da região. Um outro tanto dá pra pagar o lanche e, pra algumas, dá pra juntar dinheiro para mandar pra casa.

As condições de saúde e segurança são nulas. A violência por parte dos clientes, da polícia e até mesmo entre elas e outros que trabalham na prostituição é quase inevitável: são todos personagens da margem, expressão de uma sociedade que ao mesmo tempo precisa e estigmatiza a prostituição.

Os serviços públicos de saúde, se já são insuficientes e ineficientes no atendimento da população pobre, são quase nulos no trato específico dos grupos sociais marginalizados que vivem na rua e da rua. Em especial as doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a AIDs ainda não recebem tratamento adequado e viável às condições da população de rua/na rua.

De igual modo, a inexistência e ineficiência de uma educação e políticas públicas, voltadas para o planejamento familiar, controle da natalidade, saúde da mulher, gestação e parto sem risco, punem de modo

particular as mulheres que trabalham na prostituição.

As campanhas de prevenção e educação não correspondem às complexas relações de sexo, violência, desnutrição e insalubridade que caracterizam a vida na rua.

Ficar grávida na Luz é um problema. Dar à luz na Luz... é tão complicado. Criar os filhos e filhas nestas condições de vida significa muitas vezes reforçar os mecanismos de dependência e submissão. Mesmo assim muitas mulheres resolvem continuar com a gravidez, buscando soluções junto à família em algum lugar, criando esquemas de apoio na criação dos filhos com outras mulheres e/ou convivendo com as crianças que muito cedo precisam começar a trabalhar e viver na rua.

O aborto é uma experiência constante na vida dessas mulheres marcadas por gravidezes indesejadas. Muitas delas, aos 20 anos já fizeram 3 ou mais abortos. E, como todo o resto, abortar na Luz é um risco. Como os serviços de saúde, a legislação e a moral vigente desconhecem a realidade das muitas mulheres que trabalham na prostituição, os métodos de interrupção de uma gravidez assumem características perversas: instrumentos pontiagudos, produtos químicos, remédios, cirurgia praticada por leigos/as em condições não recomendáveis.

Muitos destes métodos abortivos têm como consequência problemas graves de saúde, hemorragia, dores, infecções que levam as mulheres aos serviços públicos de saúde onde, além do tratamento inadequado, muitas vezes são punidas pelos profissionais com discursos moralistas e até mesmo por curetagens sem anestesia ou outros cuidados.

De qualquer modo dói.

Pensar direitos reprodutivos e aborto em articulação com políticas de saúde que respondam às condições reais de vida de muitas mulheres que vivem nas dobras das contradições de uma sociedade machista e violenta significa pensar eticamente a partir dos/as excluídos/as.

Continuar organizando os investimentos políticos de saúde, educação e urbanização sem considerar as diversas populações das ruas das grandes e médias cidades significa reforçar os mecanismos de sacrifício e morte em especial para mulheres que trabalham na "baixa prostituição".